

MINISTRA IDELI SALVATTI

“2012 foi um ano de grande vitórias no Congresso Nacional”

Em entrevista exclusiva aos jornais da Adjori/SC, a ministra da Relações Institucionais, Ideli Salvatti (PT), fez um balanço da atuação da Secretaria em 2012. Disse que o Governo Federal obteve grandes vitórias no Congresso, como a aprovação da medida provisória que reduz os custos de energia, além de outras conquistas que consolidam o projeto de crescimento econômico com inclusão social. Reforçou que se empenhou muito pelas demandas de Santa Catarina. Acompanhe.

Adjori: No balanço do ano da Secretaria de Relações Institucionais, o que ficou de mais positivo?

Ministra: No governo da presidenta Dilma Rousseff, o projeto de desenvolvimento do país tem seus pilares de sustentação no crescimento econômico, na distribuição de renda e na inclusão social. Por isso, a atuação da SRI, tanto na articulação democrática da pauta do Governo no Congresso Nacional, quanto no relacionamento com governadores e prefeitos, atendeu a esse projeto. O balanço do ano é muito positivo, e encerramos 2012 com uma grande vitória que foi a aprovação na Câmara e no Senado da Medida Provisória 579, que reduz os custos de energia elétrica. Também conseguimos a aprovação do projeto que alterou as regras de remuneração da poupança, permitindo a queda histórica da taxa de juros do País; e o conjunto de medidas para o enfrentamento da crise financeira, com a aprovação do Plano Brasil Maior. Outros destaques foram a Lei Geral da Copa, por meio da qual o País honrou com os compromissos assumidos com a Fifa, e o Código Florestal, que priorizou a justiça socioambiental.

Adjori: Na área social...

Ministra: Na área social, avançamos com o Brasil Carinhoso e o Plano Viver Sem Fronteiras. Já na Educação, foi sancionada a lei de cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades e instituições federais; o projeto original foi do meu mandato de senadora. Garantimos ainda mais recursos para o PAC Saneamento e o Programa Minha Casa Minha Vida.



Adjori: E a relação com prefeitos e governadores?

Ministra: Na relação com os entes federativos, a SRI desempenhou um importante papel na mobilização dos governadores, prefeitos e gestores públicos para a Rio +20. No segundo semestre, elaboramos orientações para os prefeitos no encerramento do mandato e estamos finalizando a preparação do encontro dos prefeitos eleitos com o governo federal, que será realizado entre 28 e 30 de janeiro.

Adjori: O que foi mais trabalhoso e penoso: a votação do Código Florestal ou a dos Royalties?

Ministra: Os dois projetos são complexos e necessitam de um amplo debate, utilizando todo o prazo regimental para sanção. Nós vivemos em um país democrático, que assegura esse debate. Porém, o Governo precisa defender um projeto que beneficie todos os estados, ou seja, todos os brasileiros e todas as brasileiras. Mas a minha avaliação é que o país avançou.

Adjori: Há riscos de o Congresso derrubar os vetos da presidente Dilma no caso dos royalties, na votação adiada para fevereiro?

Ministra: É como a própria presidenta Dilma disse: vivemos em uma democracia, na qual o Poder Legislativo é autônomo, indepen-



Todas as reivindicações de Santa Catarina foram levadas aos ministérios competentes e, quando era necessário, para a própria presidenta Dilma”

dente e tem todas as condições de decidir contrariamente à decisão dela. Mas o entendimento do Governo é que o veto foi justo diante da legislação, uma vez que assegura os contratos existentes. E a segunda parte, na distribuição plena dos ganhos do petróleo para todos os brasileiros e brasileiras de todos os estados. Destaco, também, a posição da presidenta Dilma, que assumiu a luta em defesa da educação ao elaborar MP destinando todos os recursos dos royalties para o setor. É uma posição que me deixou muito contente, pois também sempre fui uma defensora da educação.

Adjori: Como estão as demandas de Santa Catarina junto ao Governo Federal?

Ministra: Neste período em que

estou à frente da SRI, recebi em meu gabinete as mais diversas demandas do governador Raimundo Colombo, da bancada parlamentar catarinense, de prefeitos, das associações empresariais, das associações comerciais, da Fecam (Federação Catarinense de Municípios), de universidades, de institutos federais, das associações de municípios, de cooperativas e de entidades não governamentais. A avaliação que eu faço é que todas essas reivindicações foram levadas aos ministérios competentes e, quando era necessário, para a própria presidenta Dilma. Isso ajudou Santa Catarina.

Adjori: Mas Santa Catarina perdeu no caso do ICMS...

Ministra: Na aprovação da Resolução 72 (unificação do ICMS de importações), me empenhei para que o Estado recebesse as compensações necessárias para não prejudicar o desenvolvimento econômico. O resultado foi a liberação de R\$ 5 bilhões do BNDES para o governo do Estado investir em obras. Também conseguimos aprovar em tempo recorde no Senado o financiamento de R\$ 250 milhões do BID para obras de infraestrutura no Estado, tendo sido aprovado e publicado no mesmo dia. Conseguimos mais R\$ 5 bilhões no Ministério dos Transportes para infraestrutura rodoviária.

No total, R\$ 10 bilhões para obras, praticamente 2/3 do orçamento estadual, próximo dos R\$ 15 bilhões. Neste ano, tivemos a presença da presidenta Dilma Rousseff em Laguna, que deu a ordem de serviço para o início da obra da Ponte de Laguna, somando mais de R\$ 500 milhões. O Governo Federal repassou mais R\$ 30 milhões para os municípios do Oeste atingidos pela seca.

Além de garantir todos esses recursos, o meu trabalho também é monitorar o calendário de execução das obras e a destinação da verba. Além disso, tratamos da vinda da BMW para o Estado, de medidas para amenizar os efeitos da crise do milho e sensibilizamos o Ministério da Justiça a ajudar SC na crise da segurança pública. Vejo que minha proximidade com a presidenta Dilma e os ministros faz com que Santa Catarina tenha um canal permanente com o Governo Federal para resolver os problemas do Estado.

Adjori: O governo Federal teme alguma surpresa na votação pelas presidências da Câmara e do Senado?

Ministra: A escolha da presidência das duas Casas é uma prerrogativa dos parlamentares. O poder Legislativo é autônomo e independente. Por isso, o Governo Federal não fará nenhuma interferência no processo e respeitará a decisão da Câmara e do Senado.

Adjori: Quais os desafios de 2013 para a SRI?

Ministra: Dar continuidade ao projeto de desenvolvimento do país, que tem seus pilares de sustentação, como disse, no crescimento econômico, na distribuição de renda, no aumento da competitividade e na inclusão social. Além disso, dar condições para que a economia continue dando respostas positivas à crise financeira mundial. Como se trata do primeiro ano de mandato dos novos prefeitos, orientá-los nos projetos federais e nas linhas de financiamento, visando à melhoria da qualidade de vida nas cidades. A SRI atuará também para fortalecer ainda mais a relação com os governadores.



DICA CELESC: DATA DE PAGAMENTO

Você pode escolher a melhor data para pagar sua fatura de energia. Ligue 0800 48 0120, informe o número da sua conta, do CPF e RG e escolha a data mais conveniente entre as seis disponíveis. Facilite sua vida e poupe dinheiro: pague sua fatura em dia.

Celesc e Governo do Estado, mais energia para você

www.celesc.com.br

